

# Relatório Anual do FMI 2019

Nosso mundo conectado



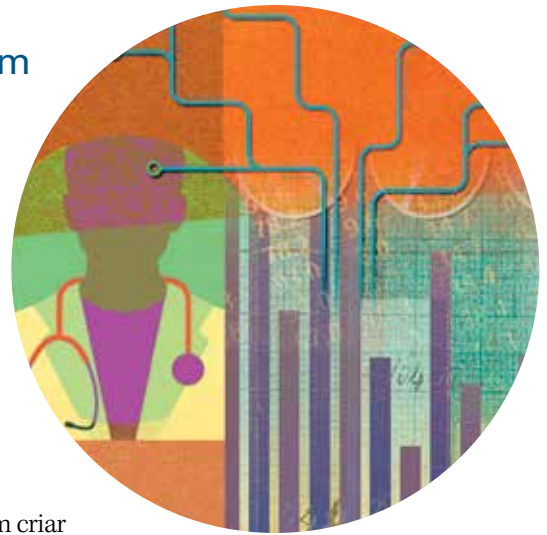
## Síntese

## Mensagem do Diretor-Geral interino

Caro leitor,

A economia global está em um momento delicado. A expansão do início de 2018 perdeu ímpeto, em grande parte devido ao aumento das tensões comerciais. A vulnerabilidade financeira crescente e as incertezas geopolíticas representam ameaças. Esses desafios exigem que as autoridades evitem tropeços e acertem nas políticas públicas, nos planos doméstico, regional e mundial.

as políticas devem  
criar  
condições  
para que  
as pessoas  
prosperem



Antes de mais nada, as políticas devem criar condições para que as pessoas prosperem.

Políticas fiscais inteligentes podem reduzir a desigualdade ao encontrar o equilíbrio entre crescimento, sustentabilidade da dívida e proteção social. Reformas estruturais bem calibradas podem estimular a produtividade e o crescimento inclusivo a longo prazo, o que é especialmente importante para aqueles que foram deixados para trás. Combater todas as formas de corrupção será essencial para que os governos possam construir infraestruturas e ampliar os serviços públicos. Ajudará também a restaurar a confiança.

No cenário mundial, todas as atenções estão voltadas para o comércio. Ao longo dos anos, a integração comercial trouxe enormes benefícios. Mas nem todos saíram ganhando, e o sistema comercial contém distorções que precisam ser corrigidas. É importante promover uma ação coletiva para defender e modernizar o sistema de comércio internacional.

Urge também repensar a arquitetura internacional da tributação das empresas para torná-la mais justa, mais adaptada à evolução da economia mundial e mais sintonizada aos interesses dos países emergentes e em desenvolvimento.



no cenário mundial,  
todas as  
atenções estão  
voltadas para o  
comércio

Por último, os países devem trabalhar juntos para enfrentar desafios comuns, desde as mudanças climáticas até a rápida transformação tecnológica.

Como demonstra este *Relatório Anual*, nossa Diretoria Executiva e nosso corpo técnico têm se empenhado em servir aos países membros do FMI, seja por meio da assessoria em políticas, dos programas de empréstimo ou do apoio à capacitação. Além de diversas revisões substanciais das práticas do FMI envolvendo a condicionalidade, a supervisão econômica e financeira e os programas de financiamento, aprofundamos nosso exame das repercussões do comércio internacional e da estabilidade financeira e estamos reformulando nossos quadros de avaliação da sustentabilidade da dívida dos países de baixa renda e com acesso aos mercados. Reforçamos nossa análise da tecnologia financeira, da economia digital e do futuro do trabalho, incorporando em todas as atividades uma reflexão sobre a desigualdade e as questões de gênero. Continuamos a colaborar com nossos países membros para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Recentemente, nossa Diretora-Geral, Christine Lagarde, decidiu assumir nossos desafios. Seus oito anos no comando do FMI foram um período de transformação – no propósito, na eficácia e na reputação do Fundo. A visão e o compromisso de Lagarde vieram em um momento decisivo para a economia mundial. Aproveito esta oportunidade para agradecer por sua liderança estelar de nossa instituição. Estou certo que, com as políticas certas e trabalhando em conjunto, o FMI pode continuar a ajudar os países membros a conduzir a economia mundial neste momento delicado.



os países  
devem  
trabalhar  
juntos  
para enfrentar  
desafios comuns



David Lipton  
*Diretor-Geral interino*



# O que faz o FMI

O FMI tem três funções básicas:

## Supervisão econômica

**1** O FMI supervisiona o sistema monetário internacional e monitora as políticas econômicas e financeiras de seus 189 países membros. Como parte desse processo de supervisão, que ocorre em escala mundial e junto a cada país membro, o FMI destaca os possíveis riscos à estabilidade e recomenda os ajustes necessários nas políticas.

**119**  
exames das economias nacionais

**US\$ 70 bilhões a oito países,**  
mais **US\$ 325,7 milhões** a quatro países em desenvolvimento de baixa renda

## Financiamento

**2** O FMI disponibiliza empréstimos aos países membros que enfrentam problemas efetivos ou potenciais do balanço de pagamentos para ajudá-los a reconstituir suas reservas internacionais, estabilizar suas moedas e continuar a pagar por suas importações, e para restabelecer as condições para o crescimento econômico robusto, com a correção das deficiências subjacentes.

## Desenvolvimento de capacidades

**3** O FMI colabora com os governos em todo o mundo para modernizar suas políticas e instituições econômicas e dar formação a seus quadros. Isso ajuda a promover o crescimento inclusivo.

**US\$ 306 milhões**

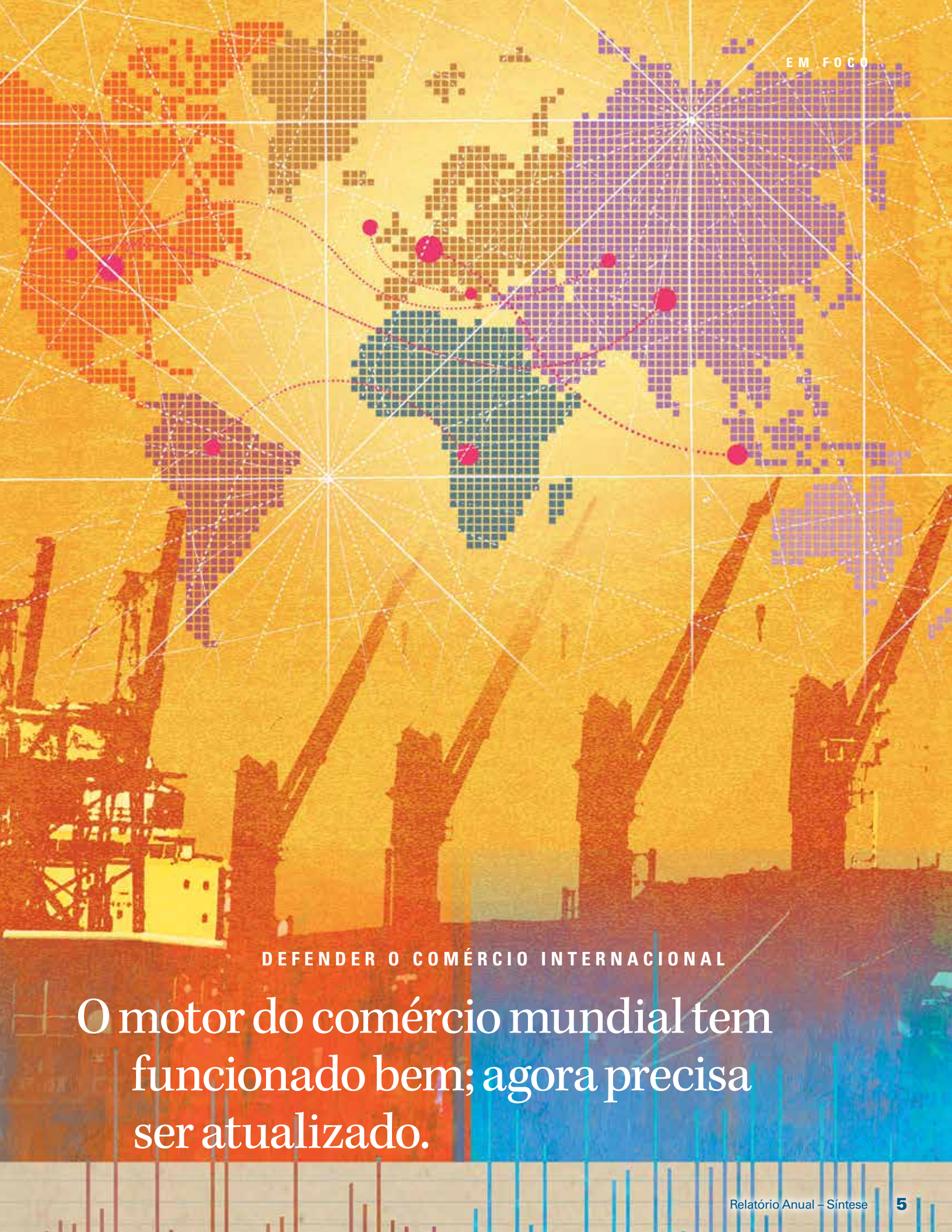
para a assessoria técnica prática, formação centrada nas políticas e aprendizagem entre pares

# Em foco

## Responsabilidade conjunta, recompensas compartilhadas

Em meio a crescentes incertezas econômicas, financeiras e políticas, o FMI intensificou seus esforços para apoiar a cooperação internacional e atender às necessidades dos países membros. Nos últimos 12 meses, o FMI concentrou-se nos seguintes temas de políticas:

- 1 Defender o comércio internacional**  
com a aplicação do sistema baseado em regras (que precisa ser atualizado)
- 2 Aprofundar a análise da estabilidade financeira**  
para aumentar a segurança do sistema financeiro global
- 3 Tratar a questão da dívida**  
para reduzir vulnerabilidades e investir no futuro das pessoas
- 4 Aproveitar os dividendos digitais**  
ao modernizar as políticas econômicas e sociais
- 5 Promover as oportunidades globais**  
com políticas centradas nas pessoas, nos planos interno e externo



DEFENDER O COMÉRCIO INTERNACIONAL

O motor do comércio mundial tem  
funcionado bem; agora precisa  
ser atualizado.

O comércio tem sido um grande impulsor do crescimento, mas ultimamente vem sendo questionado. Seus benefícios muitas vezes parecem óbvios, mas também acarretam custos que nem sempre são reconhecidos. Ao mesmo tempo, o sistema de regras de comércio mundial que estimulou o crescimento econômico sem precedentes ao longo de várias gerações hoje enfrenta tensões. Na origem dessas tensões encontram-se problemas que há muito aguardam uma solução. Os estudos do FMI buscam elucidar esses problemas.

Com base em estudos que mostram como o comércio internacional pode elevar a renda e os padrões de vida, ao possibilitar o fluxo de tecnologia entre os países, a edição de outubro de 2018 do *World Economic Outlook* (WEO) apresentou cenários ilustrativos do possível impacto da escalada das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China. A análise revela que o mundo inteiro sairia perdendo: o PIB mundial teria uma queda de 0,4% a longo prazo (equivalente a US\$ 340 bilhões, em dólares de 2018), que chegaria a quase 1% nos EUA e 1,6% na China em 2019. Grande parte desse declínio resultaria do impacto negativo das tarifas sobre a confiança (menos investimentos) e do aperto das condições financeiras (spreads mais elevados).

O WEO de abril de 2019 apontou também que os saldos comerciais bilaterais – a diferença no valor das exportações e importações entre dois países – dependem mais das políticas macroeconômicas do que das tarifas. Essas políticas podem assumir a forma de um estímulo fiscal excessivo, que elevaria a demanda global e aumentaria o déficit comercial do país, ou de subsídios às empresas públicas, conferindo-lhes uma vantagem competitiva em relação às empresas estrangeiras e aumentando o superávit comercial do país. Além disso, o relatório

deixou claro que as tarifas bilaterais são ineficazes para abordar os desequilíbrios externos, devido ao desvio dos fluxos comerciais. O relatório argumenta também que um sistema aberto de comércio é muito importante para sustentar o investimento e o crescimento.

Essas constatações foram reiteradas na edição de 2018 do *External Sector Report*. Os desequilíbrios da balança corrente global rondavam os 3,25% do PIB mundial, dos quais 40–50% foram considerados excessivos e mais concentrados nas economias avançadas. Se não resolvidos, esses desequilíbrios externos excessivos podem crescer e pôr em risco a estabilidade financeira mundial.

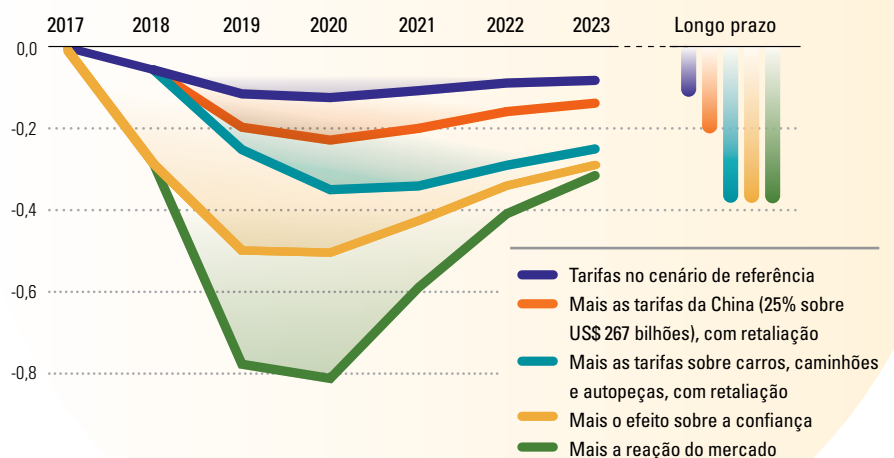
O sistema de regras comerciais instituído após a Segunda Guerra Mundial trouxe enormes benefícios; agora precisa ser atualizado. Como parte de uma discussão mais ampla sobre o comércio, a Diretoria Executiva debateu a análise em curso do corpo técnico sobre a modernização das funções de negociação, transparência e resolução de disputas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Atualizar as regras da OMC sobre a transferência de tecnologia e sobre subsídios agrícolas e industriais fornecidos por uma série de entidades, entre elas empresas públicas, é um passo essencial para um sistema comercial mais vantajoso para todos os países.

FIGURA 1.1

## Os custos das tensões comerciais

A escalada das tensões comerciais reduziria o PIB mundial, não só por causa da interrupção dos fluxos de bens, mas também – e mais importante – pelos efeitos financeiros e sobre a confiança. (Desvio percentual em relação ao cenário de controle)

Fonte: WEO de outubro de 2018, Capítulo 1.







PARA APRENDER

## Integração comercial no Magreb



**A integração comercial regional pode ser um motor importante da prosperidade econômica. Isso é particularmente verdadeiro na região do Magreb, que abrange Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia. O comércio intrarregional representa apenas 5% do comércio**

**global da região – um dos índices mais baixos do mundo. Tensões geopolíticas e restrições ao comércio e aos fluxos de capitais dificultaram a integração regional.**

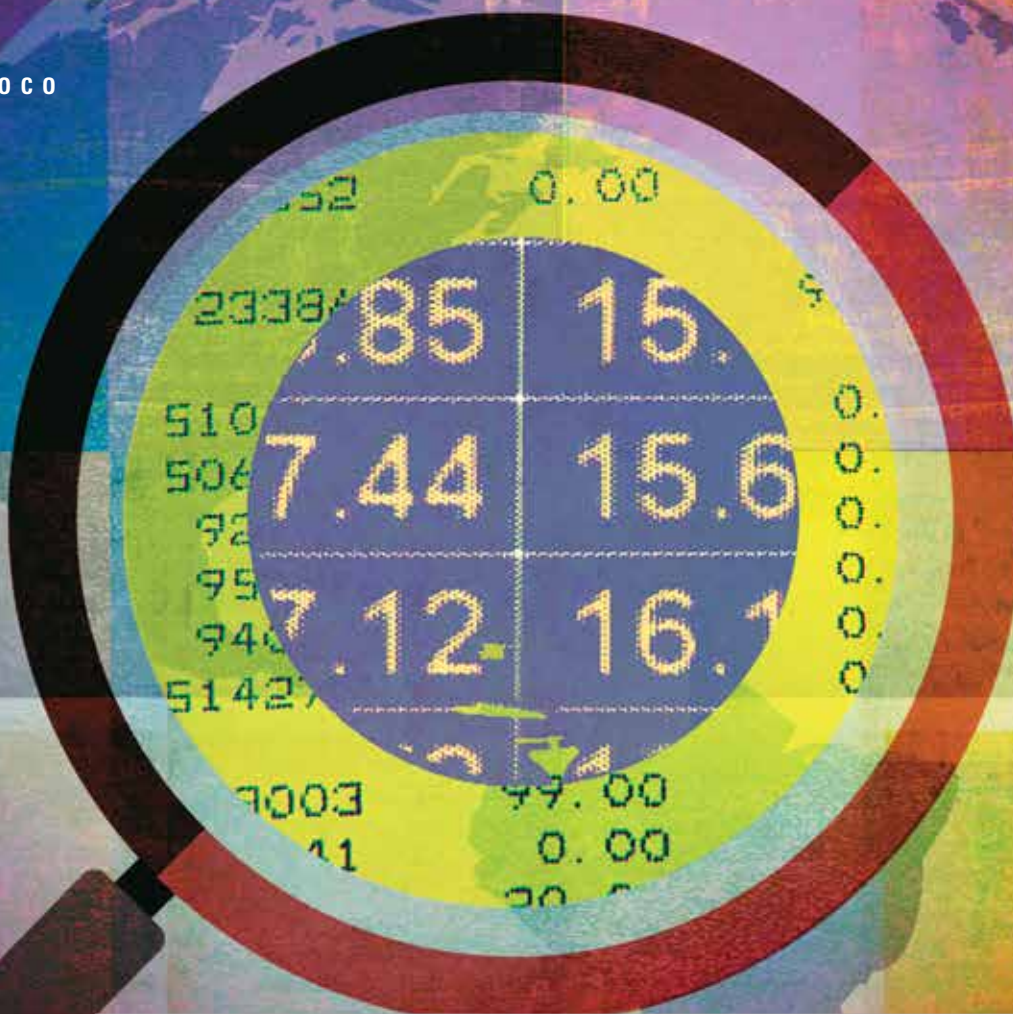
**A maior integração regional criaria um mercado de quase 100 milhões de pessoas, com uma renda anual média de 4 mil dólares per capita em termos nominais e cerca de 12 mil dólares em termos de PPC. Isso tornaria a região mais atraente para o investimento estrangeiro direto; reduziria o custo da movimentação intrarregional de bens, capital e mão de obra; e melhoraria a alocação de recursos. A integração intrarregional poderia contribuir para elevar em 1%, em média, o crescimento a longo prazo de cada país do Magreb.**



NOS BASTIDORES

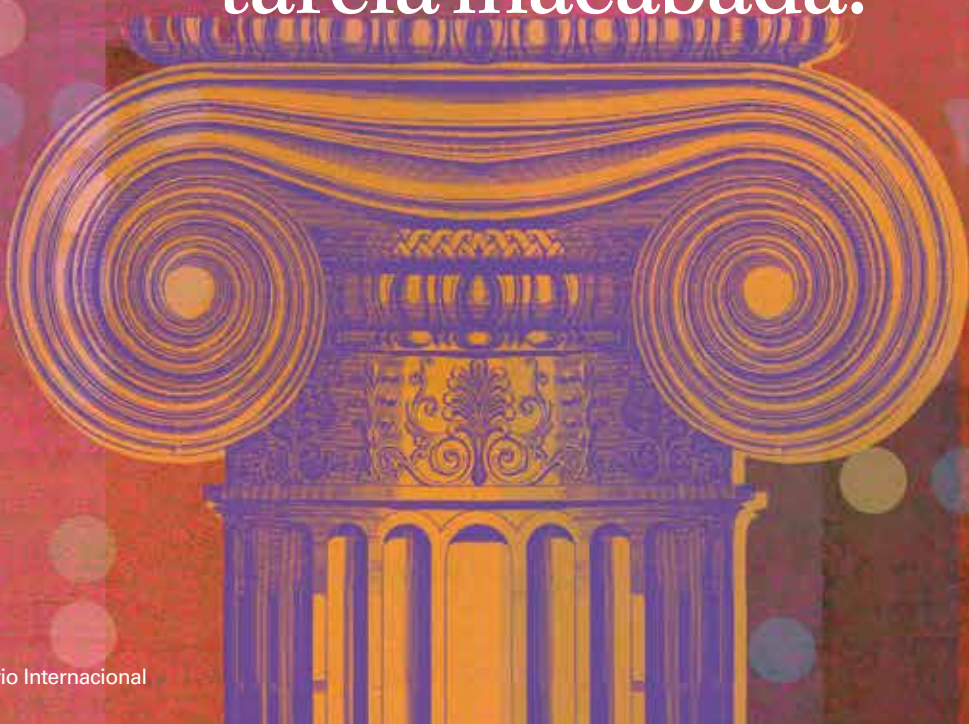
## Modernizar o sistema de comércio internacional baseado em regras

Você sabia que em 1994, ano em que foi criada a OMC, o comércio eletrônico mal existia? Hoje, o volume global de vendas eletrônicas entre empresas equivale a US\$ 23,9 trilhões. Por isso, é de suma importância avançar nas negociações em áreas emergentes em que as regras internacionais estão defasadas, como o comércio eletrônico e a facilitação do investimento. Isso deve ser feito com abordagens flexíveis, como a “coalizão de vontades”. O progresso nessas áreas contribuiria muito para demonstrar que o sistema de comércio multilateral pode se adaptar e se manter relevante. O anúncio feito por um grupo de 76 países em janeiro de 2019 de que lançariam negociações sobre o comércio eletrônico atesta o grande potencial dessas novas modalidades.



APROFUNDAR A ANÁLISE DA ESTABILIDADE FINANCEIRA

Aumentar a segurança do sistema financeiro global é uma tarefa inacabada.



As autoridades muitas vezes gostariam de ter uma bola de cristal para prever e prevenir crises. É exatamente isso que o corpo técnico e os especialistas financeiros do FMI estão tentando fazer, com a memória da crise financeira mundial ainda viva entre nós.

A edição de abril de 2019 do *Global Financial Stability Report* (GFSR) apresentou uma nova ferramenta analítica que pode ajudar as autoridades a avaliar a probabilidade de uma crise imobiliária e tomar medidas antecipadas para limitar os danos. Essa ferramenta, chamada de *House-Prices-at-Risk* (preços dos imóveis em risco), vem se somar ao modelo de crescimento em risco, que vincula as condições financeiras ao perigo de uma grave desaceleração da economia a curto ou médio prazo. Com base em cinco condições que afetam os preços dos imóveis, como o aumento dos preços no passado e os booms de crédito, a análise indica que na maioria das economias avançadas da amostra as chances de uma forte queda nos preços da habitação ajustados pela inflação eram menores no final de 2017 do que 10 anos antes. Nos mercados emergentes, em contrapartida, o risco era maior em 2017 do que nas vésperas da crise financeira mundial.

A crise financeira mundial continua a ser um dos acontecimentos decisivos de nosso tempo. As graves consequências econômicas e sociais da crise exigiram um esforço concertado para definir uma agenda de reformas regulatórias do sistema financeiro. Dez anos depois, a edição de outubro de 2018 do GFSR mostrou que a regulação e supervisão do setor financeiro foram substancialmente fortalecidas. Mas a agenda de reformas ainda não foi concluída, e surgiram novos riscos, sobretudo no segmento não regulamentado do sistema financeiro, conhecido como “*shadow banking*”. Por isso, os reguladores não podem ser complacentes, e os países precisam renovar seu arsenal de políticas. Vale lembrar que o risco tende a aumentar durante os períodos de bonança e migrar para novos e inesperados cantos do sistema financeiro.

Surgiram  
novos riscos,  
sobretudo no  
segmento não  
regulamentado  
do sistema  
financeiro.





PARA APRENDER

## O que é um empréstimo alavancado?

Um segmento crescente do mundo financeiro envolve empréstimos, em geral organizados por um consórcio de bancos, a empresas altamente endividadas ou com histórico de crédito ruim. Diz-se que esses empréstimos são “alavancados” porque a relação entre a dívida e os ativos ou lucros do prestatário é muito superior ao normal no setor. O mercado global desse tipo de empréstimo chega a US\$ 1,4 trilhão. Isso levou as autoridades e os analistas a soarem um alarme sobre a perigosa deterioração dos critérios de concessão de crédito.

Por quê? A maioria desses empréstimos envolve normas de subscrição mais fracas e menor grau de proteção de investidores, sendo, portanto, menos transparentes. Além disso, grande parte desses empréstimos alavancados está nas mãos de fundos mútuos e estruturas chamadas CLOs (*collateralized loan obligations*), que são pacotes de empréstimos revendidos a outros investidores; nem sempre é clara a ligação entre esses detentores e o setor bancário. Por isso, é crucial que as autoridades desenvolvam e empreguem novas ferramentas para abordar a deterioração dos padrões de subscrição. Tendo aprendido uma lição dolorosa há dez anos sobre os riscos inesperados para o sistema financeiro, as autoridades não devem ignorar outra possível ameaça.

## NOS BASTIDORES

# Ferramentas para detectar riscos



O GFSR de abril de 2019 expande a metodologia do FMI para quantificar as vulnerabilidades no sistema financeiro, para que as autoridades possam monitorá-las e, se necessário, tomar medidas preventivas para mitigar riscos. São considerados seis setores: empresas, famílias, governos, bancos, seguradoras e outras instituições financeiras, como os bancos paralelos ou “*shadow banks*”.

A metodologia acompanha o nível e o ritmo de variação de uma gama de vulnerabilidades, como a alavancagem e os descasamentos de vencimentos e de liquidez de ativos e passivos, assim como os descasamentos cambiais. Essas vulnerabilidades são acompanhadas em escala regional e mundial, com uma amostra agregada de 29 países de importância sistêmica.

Que tipos de riscos foram detectados? Nas economias avançadas, foram observadas vulnerabilidades ligadas ao aumento da dívida corporativa e da tomada de riscos financeiros, bem como o declínio da capacidade creditícia dos prestatários. Nos mercados emergentes, o risco está ligado à expansão das entradas de investimentos baseados em índices de referência, que deixa esses países mais vulneráveis a inversões súbitas dos fluxos de capitais.

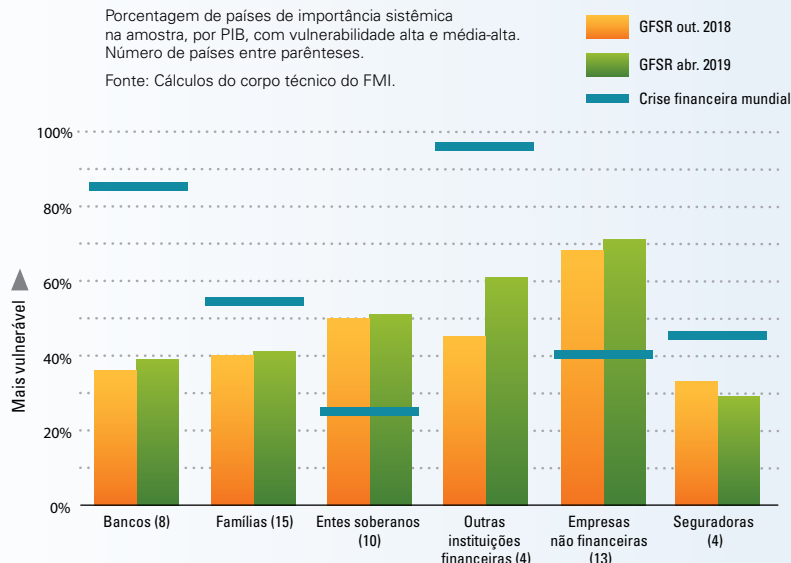
FIGURA 1.2

## Os riscos aumentaram

As vulnerabilidades dos governos e do setor não financeiro aumentaram desde a crise financeira mundial.

Porcentagem de países de importância sistêmica na amostra, por PIB, com vulnerabilidade alta e média-alta. Número de países entre parênteses.

Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.





-222,0075.50  
-550,0777.25  
-990,0044.75  
-600,0032.25  
-100,0009.35  
-189,0055.25

TRATAR A QUESTÃO DA DÍVIDA  
A dívida elevada reduz  
a capacidade de  
um país de investir  
no futuro das pessoas.

A dívida mundial – pública e privada – atingiu um máximo histórico. No fim de 2017, totalizava US\$184 trilhões, o equivalente a 225% do PIB mundial. Em níveis moderados, o endividamento não é ruim, se for usado de forma eficiente em atividades que promovam o crescimento. Contudo, mesmo que não seja necessariamente indicativo de uma crise, o endividamento elevado costuma desviar recursos de gastos mais produtivos.

Para os governos, os pagamentos de juros sobre a dívida marginalizam os gastos em educação, saúde e infraestrutura, que representam investimentos em um crescimento mais sustentável e mais equitativo. Para as empresas, a dívida elevada significa menos recursos para investir na expansão dos negócios e na geração de empregos.

A dívida pública elevada também limita a capacidade das autoridades de ampliar os gastos ou reduzir os impostos para compensar a desaceleração do crescimento econômico, sobretudo se houver o risco de uma reação negativa dos mercados financeiros ou uma ameaça à solidez das finanças públicas a mais longo prazo. Em outras palavras, ela reduz o espaço fiscal de um país. Em maio de 2018, a Diretoria Executiva discutiu a experiência adquirida com o novo quadro desenvolvido pelo FMI para medir o espaço fiscal. Um princípio chave desse quadro é que o espaço fiscal não depende apenas do nível de dívida pública de um país, nem é um conceito estático. Pode variar segundo as condições econômicas e de mercado, às vezes de forma abrupta e profunda. Por isso, o quadro reconhece que a decisão de usar ou não o espaço fiscal depende de circunstâncias nacionais específicas.

A edição de abril de 2019 do *Fiscal Monitor* também destaca a importância da política fiscal para lidar com a dívida pública elevada e, ao mesmo tempo, investir no futuro das pessoas. Assegurar uma margem de manobra orçamentária para fazer frente à próxima desaceleração exige que os países muito endividados aumentem a arrecadação ou limitem os gastos excessivos. A política fiscal deve também se

preparar para as mudanças demográficas e as novas tecnologias, que estão afetando o crescimento e a distribuição de renda. Isto significa que os países devem reorientar os gastos para investimentos em infraestrutura, saúde e educação contínua, que impulsionam o crescimento, e cortar despesas desnecessárias, como os subsídios ineficientes à energia. Uma tributação mais progressiva pode ajudar a reduzir a desigualdade, e a reforma da tributação das grandes empresas multinacionais – especialmente as empresas digitais – pode limitar a transferência artificial de lucros, que priva os países de baixa renda dos recursos de que tanto precisam.

Seguem em ritmo acelerado os esforços do FMI para ajudar os países a enfrentar a vulnerabilidade elevada e crescente da dívida. O Grupo dos Vinte elaborou um estudo para ajudar a aumentar a transparência da dívida e assegurar a solidez das práticas creditícias dos países credores. Em julho de 2018 foi adotado um novo quadro de análise da sustentabilidade da dívida dos países de baixa renda, com recomendações para ampliar a cobertura e a divulgação de dados da dívida pública. A Diretoria Executiva tem também promovido discussões similares para atualizar o quadro de sustentabilidade da dívida dos países com acesso aos mercados.

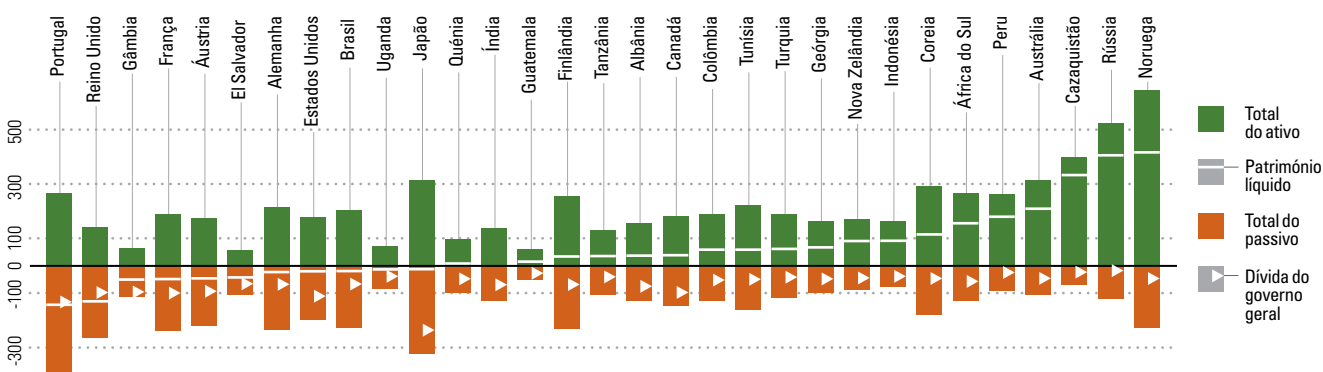
Mas a dívida elevada nem sempre é motivo para pânico. Na verdade, o que um governo possui é tão importante quanto o que ele deve. O *Fiscal Monitor* de outubro de 2018 indicou que a solidez do balanço – a demonstração dos ativos e passivos em um dado momento – é uma defesa importante durante uma desaceleração. O problema é que poucos governos sabem exatamente o que possuem e como seus ativos são empregados em favor do bem-estar público. Assegurar o bom uso dos ativos públicos pode render benefícios equivalentes a 3% do PIB em novas receitas a cada ano, bem como reduzir o risco.

FIGURA 1.3

## Ativos e dívidas do governo

Análise da riqueza pública a partir dos balanços (% do PIB)

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI. Nota: Dados do fim de 2016, com a exceção de: Albânia, 2013; Áustria, 2013; Brasil, 2014; Colômbia, 2016; Gâmbia, 2016; Guatemala, 2014; Peru, 2013; Portugal, 2012; Quênia, 2013; Rússia, 2012; Tanzânia, 2014; Tunísia, 2013; Turquia, 2013; Uganda, 2015.





## NOS BASTIDORES

# Como anda o espaço fiscal?

O espaço fiscal é a margem de manobra que os países têm para aumentar temporariamente seus déficits orçamentários sem comprometer seu acesso aos mercados ou a sustentabilidade da dívida. É um conceito dinâmico que pode variar segundo as condições econômicas e de mercado. Por isso, o FMI avalia o espaço fiscal com base em diversos fatores, como a composição e a trajetória da dívida pública, as necessidades financeiras e a facilidade de acesso ao crédito, bem como a solidez das instituições fiscais.

Alguns países dispõem de amplo espaço fiscal. Isso reflete, entre outros fatores, o acesso a financiamento estável e barato nos mercados financeiros, finanças públicas sólidas e instituições fortes. Em outros países, porém, o espaço fiscal é bastante restrito, como reflexo de riscos mais elevados ligados à captação de recursos nos mercados financeiros e aos níveis relativamente elevados de dívida, financiamento ou obrigações do serviço da dívida.

Dispor de espaço fiscal é como ter dinheiro no banco; o que fazer com ele é uma decisão de cada um. Cabe ao governo a responsabilidade de criar espaço fiscal suficiente e utilizá-lo com critério, sem gerar danos à saúde econômica do país a longo prazo.

## PARA APRENDER

# O que é a riqueza das nações?

**Os governos, assim como as pessoas, às vezes perdem a noção de suas finanças. Ainda que saibam muito bem quanto devem, nem sempre sabem exatamente o que possuem. O FMI analisou o patrimônio líquido público de 31 países.**

**O passivo total desses países era muito superior à dívida propriamente dita, somando cerca de 198% do PIB. A dívida pública representava menos da metade desse passivo, e grande parte do restante correspondia às obrigações previdenciárias, embora poucos países as registrem como tal. Já o total do ativo somava US\$ 101 trilhões, ou 219% do PIB. Isso inclui os depósitos bancários e os investimentos financeiros – em pontes, estradas e esgotos, bem como os recursos naturais no subsolo.**

**O que isso significa? Tomemos o exemplo da China. Sua dívida total equivalia a 247% do PIB em 2016. Mas a China tem ativos públicos substanciais, que refletem vários anos de pesados investimentos em infraestrutura. Esses ativos são superiores aos passivos, de forma que o patrimônio líquido – a diferença entre ativos e passivos – ultrapassa em muito 100% do PIB, e é o maior entre as economias de mercados emergentes. Os riscos ligados à dívida chinesa são grandes, mas há uma boa margem de proteção.**

APROVEITAR OS DIVIDENDOS DIGITAIS

Abraçar a revolução  
tecnológica exige  
políticas mais robustas.



**A tecnologia está transformando nossas vidas. Entre outras coisas, está redefinindo modelos econômicos, relações de trabalho e transações financeiras. Esse poder de ruptura pode trazer muitas oportunidades, como a maior inclusão financeira. Mas pode também ser uma fonte de ansiedade, principalmente para os trabalhadores em risco de serem deslocados pela automatização. O FMI tem analisado políticas que podem reduzir a brecha digital e aproveitar os dividendos das tecnologias digitais.**

Considerando que 1,7 bilhão de adultos no mundo não têm acesso a serviços financeiros, as fintechs despontam como uma opção para virar o jogo. Em nenhum lugar isso é mais evidente do que na África. O uso do dinheiro móvel cresceu exponencialmente nos últimos 10 anos, e a região é hoje líder mundial em inovação, adoção e uso do dinheiro móvel. A África é também a única região em que as transações com dinheiro móvel representam quase 10% do PIB. Na Ásia essa cifra é de apenas 7%; nas demais regiões, não chega a 2%.

Inovações financeiras como criptoativos e a tecnologia blockchain também estão na mira dos bancos centrais em todo o mundo. Por exemplo, estão avaliando se a moeda digital de um banco central pode ser usada como moeda de curso legal da mesma forma que o dinheiro físico. Um tema conexo é o tratamento dos criptoativos nas estatísticas macroeconômicas segundo as atuais normas e classificações estatísticas, uma vez que os criptoativos e *tokens* digitais do tipo Bitcoin, que não têm passivos de contrapartida, não se enquadram na definição de ativo financeiro. É inegável que as fintechs estão democratizando os serviços financeiros ao redor do mundo, mas também geram novos desafios e riscos. Para ajudar os países a aproveitar os benefícios e administrar os riscos, o FMI, em parceria com o Banco Mundial, lançou a Agenda Fintech de Bali em outubro de 2018.

A digitalização também está mudando a maneira como as empresas produzem e comercializam bens e serviços, por isso é essencial mensurá-la. O FMI faz parte de um grupo de peritos que está elaborando um manual sobre esse tema (*Handbook on Measuring Digital Trade*).

A tecnologia pode ser uma força de inclusão, mas pode também ser um agente de divisão econômica. Um exemplo é o poder de mercado que ativos intangíveis de marca e efeitos de rede conferem a empresas de base digital produtivas e inovadoras, gerando uma dinâmica do “vencedor leva quase tudo”. Ao transformar a maneira como trabalhamos, a tecnologia também deixa algumas pessoas para trás. Novas tecnologias – como a inteligência artificial, a automação e a robótica – capazes de substituir uma ampla gama de competências humanas, podem causar transtornos no emprego, especialmente para as mulheres.

No mundo todo, cerca de 180 milhões de empregos predominantemente femininos correm grande risco de desaparecer. Isto porque as mulheres tendem a ocupar postos que envolvem tarefas repetitivas, que são as mais propensas a serem automatizadas. Nossos estudos revelam, porém, que nem toda mão de obra é substituível, e a inteligência artificial é capaz de transformar os empregos, mais do que torná-los obsoletos. Os avanços tecnológicos estimulam a produtividade, o que com o tempo gera mais empregos e resulta na elevação da renda e dos padrões de vida.

O que então os países podem fazer para tirar proveito do poder de ruptura da tecnologia? Precisam de políticas para facilitar a realocação da mão de obra e encurtar os períodos de inatividade. Mais fundamentalmente, precisam investir nos seus cidadãos e gerar oportunidades. Isto significa gastos públicos mais eficazes em educação, para que ela seja sensível às exigências do mercado e proporcione oportunidades de aprendizado por toda a vida, juntamente com políticas redistributivas apropriadas. Significa também investir na infraestrutura digital e modernizar os regimes de concorrência para assegurar que os benefícios da tecnologia sejam distribuídos de maneira justa.

Os avanços tecnológicos geram oportunidades econômicas e sociais extraordinárias. Mas precisam do respaldo de políticas corretas para assegurar que tragam benefícios a todos.



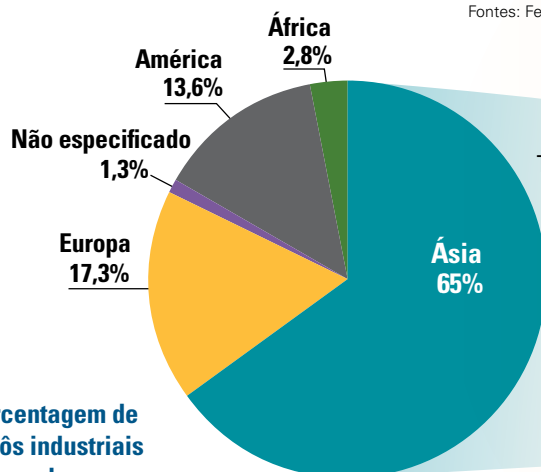


PARA APRENDER

## O que é a Agenda Fintech de Bali?

Os países em todo o mundo estão tentando tirar proveito dos benefícios e das oportunidades oferecidos pelos rápidos avanços na tecnologia financeira que estão transformando a prestação de serviços bancários, sem descuidar da gestão dos riscos inerentes. A Agenda Fintech de Bali do FMI e do Banco Mundial propõe uma estrutura para que os países avaliem suas opções de políticas, adaptando-as a suas próprias circunstâncias e prioridades. Os 12 elementos dessa estrutura foram extraídos das experiências dos próprios países membros e abrangem tópicos gerais relacionados com a forma de abrir uma fintech, garantir a resiliência do setor financeiro, abordar os riscos e promover a cooperação internacional e o intercâmbio de informações.

Porcentagem de robôs industriais no mundo



NOS BASTIDORES

## Humanos e robôs na força de trabalho?



A Ásia é pioneira na automação: estima-se que em 2017 concentrava 65% do total de robôs industriais em todo o mundo. Com cerca de 1 milhão de robôs em uso, tem também a maior densidade robótica – o número de robôs industriais para cada 10 mil trabalhadores.

Além de líder mundial no uso da robótica industrial, a Ásia é também a região que mais produz robôs. Japão e Coreia são os dois maiores produtores mundiais, com quotas de mercado de 52% e 12%, respectivamente.

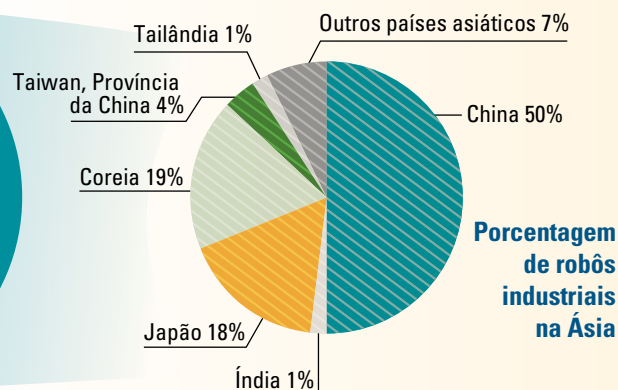
A robótica e a automação geram oportunidades de crescimento mas também riscos econômicos, sobretudo para os trabalhadores assalariados menos qualificados, que são o esteio do papel da região como “a fábrica do mundo”.

Para aproveitar o dividendo digital, as autoridades precisam abordar os transtornos causados pela automação e a robótica, ao apoiar a criação de empregos sem inibir a inovação. Isto significa reformular a educação, investir em infraestrutura física e regulatória para estimular o empreendedorismo e a inovação e enfrentar os desafios do mercado de trabalho, tratando de questões com a redistribuição de renda e as redes de proteção.

FIGURA 1.4

## A Ásia emprega 65% dos robôs industriais do mundo

Fontes: Federação Internacional de Robótica e cálculos do corpo técnico do FMI.



Porcentagem de robôs industriais na Ásia

PROMOVER AS OPORTUNIDADES GLOBAIS

# Políticas centradas nas pessoas, nas esferas local e global.



Em um momento em que o mundo enfrenta desafios ligados aos rápidos avanços tecnológicos, às transições demográficas e à mudança climática, observa-se um distanciamento crescente em relação ao sistema de cooperação internacional e integração econômica, que trouxe enormes benefícios nas últimas décadas. O imperativo para as autoridades é reorientar as políticas internas e externas para atenuar as consequências econômicas e sociais adversas da integração internacional e dos avanços tecnológicos sobre os grupos vulneráveis.

As políticas internas devem criar condições para que as pessoas prosperem, sobretudo nas economias em desenvolvimento e de mercados emergentes, em que o desafio é oferecer oportunidades de trabalho remunerado para uma grande população jovem. Em muitas delas, até 20% dos jovens em idade ativa não trabalham, não estudam e não recebem formação prática. Reduzir a inatividade dos jovens para os níveis das economias avançadas aumentaria o produto em 5%. Além de medidas que flexibilizem o mercado de trabalho e melhorem a qualidade do emprego, são essenciais políticas que apoiem a demanda global e a atividade econômica.

Restaurar a confiança no governo e nas instituições exige quadros de política que ampliem a inclusão e as oportunidades para todos. Urge combater a corrupção e as fontes de desigualdade. Estudos do FMI indicam que os governos menos corruptos arrecadam 4% do PIB a mais em receitas tributárias do que países no mesmo nível de desenvolvimento, mas com maiores índices de corrupção. Isso significa mais recursos para investir em escolas, estradas e hospitais. São também necessárias políticas que fortaleçam a concorrência de mercado e distribuam de forma mais equitativa os benefícios do comércio e da tecnologia.

O FMI fez um balanço do seu trabalho experimental sobre desigualdade em alguns países. O diálogo de políticas foi ampliado para avaliar o impacto da desigualdade sobre o crescimento e examinar o efeito distributivo das políticas e reformas. Um balanço similar da atuação do FMI na área da igualdade de gênero sugere que a temática do gênero é sumamente importante nos planos nacional e transnacional e está sendo incorporada ao trabalho de capacitação.

É essencial intensificar a ação conjunta para fazer frente aos desafios mais amplos que os países não conseguem vencer sozinhos e apoiar os esforços nacionais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O FMI calcula que cumprir a agenda ODS nas áreas de investimento humano, social e físico exige gastos adicionais até 2030 da ordem de US\$ 0,5 trilhão nos países de baixa renda e de US\$ 2,1 trilhões nas economias de mercados emergentes. O Fundo continuará a ajudar os países a alcançar os ODS até 2030 por meio de diagnósticos de política mais completos e do desenvolvimento de capacidades, colaborando também para formular estratégias de financiamento que meschem a mobilização de receitas internas, a ajuda externa e o setor privado.



**As políticas internas devem criar condições para que as pessoas prosperem.**

PARA APRENDER

## Eliminar a disparidade de gênero na liderança financeira

As mulheres estão sub-representadas em todos os níveis do sistema financeiro mundial, de depositantes e mutuários a membros de conselhos de bancos e órgãos reguladores. Menos de 2% dos cargos de chefia nas instituições financeiras e menos de 20% dos assentos nos conselhos de administração são ocupados por mulheres. Eliminar a disparidade de gênero nos cargos de liderança é importante para a estabilidade bancária. Verificou-se que bancos com maior participação de mulheres no conselho tinham mais reservas de capital, uma proporção menor de empréstimos improdutivos e maior resistência ao estresse. O motivo? O poder da diversidade. A maior inclusão de mulheres, não apenas como utilizadoras e provedoras, mas também como reguladoras dos serviços financeiros, pode gerar benefícios que vão muito além do combate à desigualdade de gênero.

FIGURA 1.5

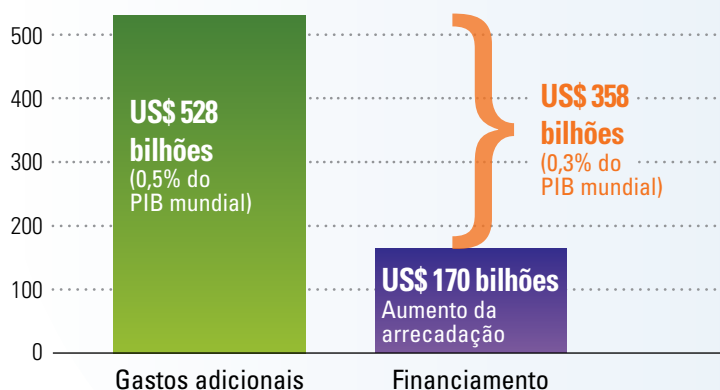
### Enfrentar o déficit de financiamento

Para os países em desenvolvimento de baixa renda, a receita tributária não será suficiente para financiar os ODS; serão necessárias outras fontes de recursos.

(Bilhões de dólares de 2016)

Notas: Os gastos adicionais se referem à despesa adicional anual necessária até 2030 para que os países em desenvolvimento de baixa renda façam progressos significativos nos ODS nas áreas de saúde, educação, estradas, eletricidade, água e saneamento.

Fontes: Cálculos do corpo técnico do FMI a partir de Gaspar et al., 2019.



NOS BASTIDORES

## Financiamento da agenda ODS

O avanço na consecução dos ODS depende da capacidade dos países de elevar os gastos em áreas cruciais como saúde, educação e infraestrutura. Estimamos que os gastos anuais adicionais necessários até 2030 para cumprir os principais ODS correspondem, em média, a 15 pontos percentuais (p.p.) do PIB de um país em desenvolvimento de baixa renda típico, e a 4 p.p. do PIB de uma economia de mercado emergente.

A necessidade combinada dos países de baixa renda ascende a meio trilhão de dólares, ou 0,5% do PIB mundial. A mobilização adicional de receitas internas financeira um terço dessas necessidades, restando um déficit de 0,3% do PIB mundial.

Cobrir esse déficit exige despesas públicas mais eficientes e uma série de bens públicos mundiais, como transparência, abertura comercial e estabilidade geopolítica. O setor privado, a assistência oficial ao desenvolvimento, a filantropia e as instituições financeiras internacionais podem ajudar a eliminá-lo com mais rapidez.

# Ásia e Pacífico

## Reuniões Anuais de 2018 na Indonésia

Mais de 11 mil pessoas de todo o mundo se reuniram em Bali, Indonésia, para as Reuniões Anuais de 2018 do FMI e do Banco Mundial.

As reuniões, as primeiras realizadas no Sudeste Asiático desde 2006 em Singapura, ocorreram em um momento de grande preocupação com a desaceleração do crescimento e o aumento das tensões comerciais. Em resposta, o FMI instou por um “novo multilateralismo” para abordar os desafios do comércio, das turbulências e da confiança. Neste espírito, o FMI, o Banco Mundial e outros parceiros lançaram a Agenda Fintech de Bali, um roteiro para as autoridades que buscam administrar novos riscos sem deixar de aproveitar o potencial das fintechs em benefício de toda a população.

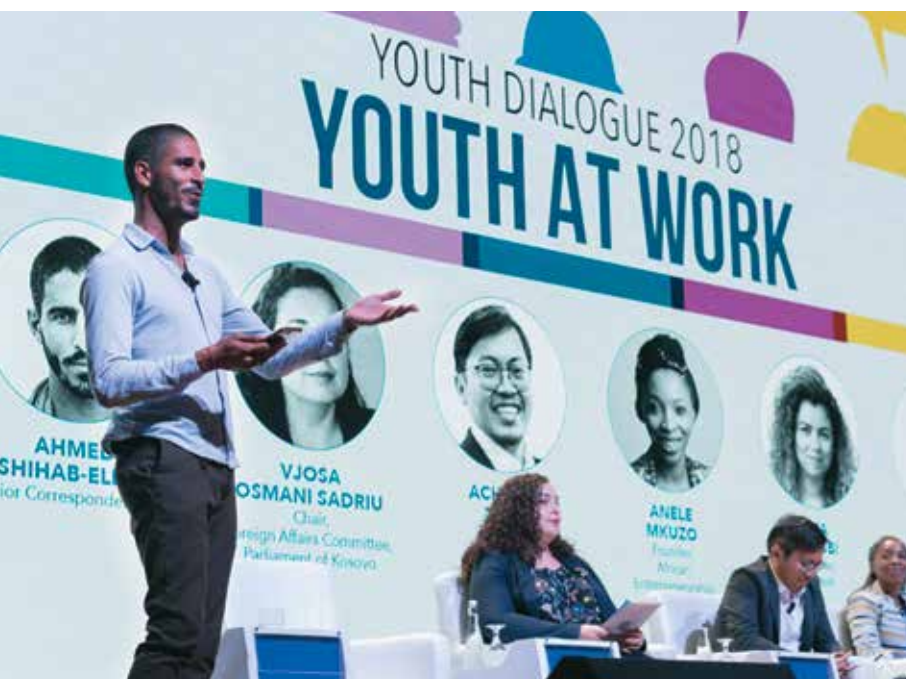
As Reuniões Anuais também foram uma ocasião para demonstrar a participação crescente da Indonésia no cenário mundial e destacar a riqueza da sua cultura. Pela primeira vez na história, os líderes dos dez países que formam a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) compareceram às reuniões.

Antes das reuniões, o Departamento da Ásia e do Pacífico do FMI lançou dois livros – *Realizing Indonesia's Economic Potential* e *The ASEAN Way* – contendo recomendações de política para apoiar o crescimento econômico do Sudeste Asiático.



## Concretizar o potencial econômico da Indonésia

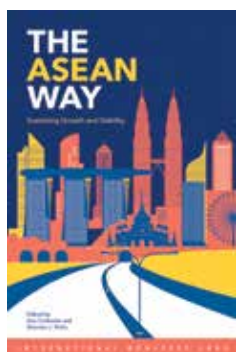
Com base em uma análise macroeconômica profunda e integrada, o livro *Realizing Indonesia's Economic Potential* assinala os extraordinários progressos feitos pela Indonésia nos últimos 20 anos. Políticas prudentes e reformas estruturais resultaram em um crescimento econômico robusto e estável, que elevou os padrões de vida de milhões de pessoas. Mas o livro ressalta também que a prosperidade prolongada exige a adaptação constante das políticas a um ambiente econômico em transformação. Mostra que um pacote bem formulado de reformas fiscais, estruturais e financeiras poderia elevar em 1 p.p. o crescimento anual, para 6,5% no médio prazo.





## O estilo ASEAN

O livro *The ASEAN Way* relata o ressurgimento econômico, nos últimos 20 anos, dos cinco membros fundadores da Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN-5: Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia. Trata também do estilo próprio desses países em buscar o consenso para a colaboração e a integração dos mercados comerciais, financeiros e de trabalho, tendo como meta uma Comunidade Econômica da ASEAN. Esta abordagem foi útil para a região nas duas últimas décadas e deve continuar a sê-lo no futuro.



## Apoiar a Agenda de Reformas da China

À medida que a tônica do crescimento da China passa da velocidade para a qualidade, mantendo o controle da alavancagem das empresas, é fundamental garantir a alocação eficiente dos recursos, qualquer que seja o tamanho ou a estrutura da empresa (estatal, privada, estrangeira ou doméstica).

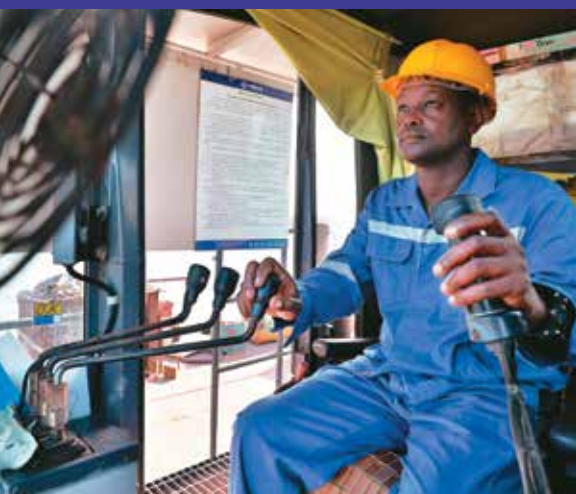
Criar esse ambiente de “neutralidade concorrencial” é um desafio que tem despertado a atenção de diversos países e organismos internacionais. Recentemente, as autoridades chinesas colocaram a neutralidade concorrencial no topo da sua agenda de reformas. Para apoiar essa agenda, o FMI e o Banco Popular da China organizaram em abril de 2019 a 7ª edição da conferência de alto nível sobre abertura e neutralidade concorrencial, para avaliar os progressos, discutir os planos de reforma das autoridades e – com base na experiência internacional – sugerir reformas.

A conferência reuniu peritos internos e internacionais, reguladores do setor financeiro e organismos internacionais, bem como representantes do setor privado. As lições extraídas da conferência foram incorporadas às consultas de 2019 nos termos do Artigo IV e provavelmente serão refletidas nas atividades de capacitação do FMI, inclusive por meio do novo Centro de Desenvolvimento de Capacidades China-FMI e no contexto dos acordos de cooperação com os órgãos governamentais competentes.

# África Subsaariana

## O futuro do trabalho

A África Subsaariana precisa criar 20 milhões de empregos por ano nos próximos 20 anos para absorver a expansão da sua força de trabalho. O estudo do Departamento de África sobre o futuro do trabalho na África Subsaariana concluiu que a região pode perder menos postos de trabalho para a automação do que as economias avançadas, dadas as diferenças na estrutura econômica e nos níveis salariais. Contudo, é provável que a automação reduza as oportunidades de emprego de baixa qualificação. A integração e a conectividade são a chave para a criação de empregos. Infraestruturas tradicionais e digitais, um sistema de ensino que acompanhe a evolução das exigências em termos de qualificações, a urbanização inteligente, redes de proteção para fazer face a um mercado de trabalho volátil e a integração comercial são elementos essenciais para o crescimento inclusivo.



## A região da CEMAC e o envolvimento do FMI

A estratégia da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) ajudou a evitar uma crise, apesar dos persistentes ventos contrários. O aperto da política monetária, os avanços na finalização do novo quadro de política monetária e a regulamentação cambial apoiaram o ajuste macroeconômico. Contudo, dois países ainda não haviam firmado acordos de financiamento com o FMI. Os preços do petróleo superaram as projeções, mas o desempenho das reservas cambiais foi decepcionante. Abordar os riscos de desaceleração é essencial para a recuperação econômica da CEMAC. Os atrasos na adoção dos programas apoiados pelo FMI na República do Congo e na Guiné Equatorial, o recuo nos preços do petróleo e condições financeiras mundiais mais restritivas poderiam dificultar a recuperação. Os esforços para diversificar a economia, fortalecer o ambiente de negócios e reduzir a percepção de corrupção devem ajudar a melhorar as perspectivas de crescimento dos países da CEMAC.





# Europa

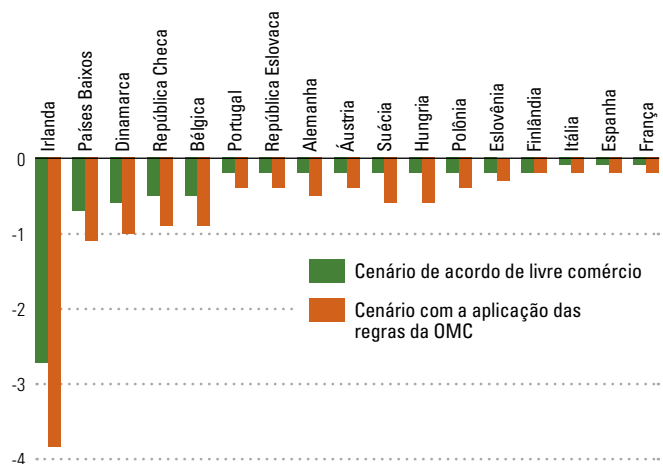
## O impacto de longo prazo do Brexit na União Europeia

Os vínculos entre as economias da União Europeia e o Reino Unido são profundos. O aumento da fricção nas relações econômicas em razão do Brexit terá um custo para ambos os lados, como indica um estudo do FMI sobre as políticas na área do euro (“Euro Area Policies”). Em comparação com um cenário de referência sem o Brexit, o PIB da UE27 (os 27 países membros da UE após a saída do Reino Unido) recuará 0,8% a longo prazo se o Brexit fosse seguido por um acordo de livre comércio padrão. Esse recuo seria de 1,5% com a aplicação automática das regras da Organização Mundial do Comércio. Importa destacar que o impacto preciso dependerá do desfecho das negociações em curso, e pode variar muito de país para país. Considerando apenas o canal comercial, Irlanda, Bélgica e Países Baixos sofreriam perdas de produção a longo prazo particularmente acentuadas.

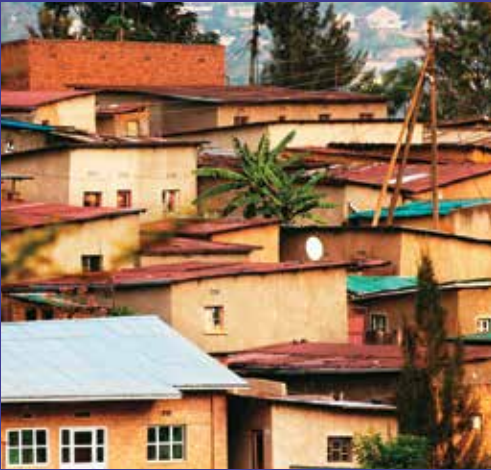
FIGURA 1.6

### Impacto de longo prazo do Brexit

Declínio do nível do produto em relação a um cenário sem Brexit, em porcentagem



Fonte: IMF Euro Area Selected Issues; “Long-term impact of Brexit on the EU”, IMF Country Report No. 18/224.



## Angola e Ruanda

As relações entre o FMI e Angola e Ruanda exemplificam nosso trabalho na região no exercício de 2019.

O Programa de Financiamento Ampliado com Angola, no montante de US\$ 3,7 bilhões (361% da quota) foi aprovado em dezembro de 2018. O objetivo do programa é reforçar a disciplina fiscal, reduzir a inflação, promover a flexibilidade cambial, aumentar a estabilidade do setor financeiro e abordar as pressões sobre as relações com os bancos correspondentes. O programa promove a disciplina de políticas, enviando sinais positivos às partes interessadas.

Ruanda concluiu com êxito seu acordo com o FMI no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Econômica. A Diretoria Executiva aprovou a décima e última avaliação do acordo em novembro de 2018, e o programa expirou no dia 1º de dezembro de 2018, após cinco anos. O programa ajudou a manter a estabilidade macroeconômica e apoiou o crescimento inclusivo e a redução da pobreza. As autoridades chegaram a um acordo técnico com o FMI sobre políticas que poderiam respaldar o pedido de um novo programa apoiado pelo Fundo.

## Europa, *continuação*



### Reformas estruturais e resiliência na Europa

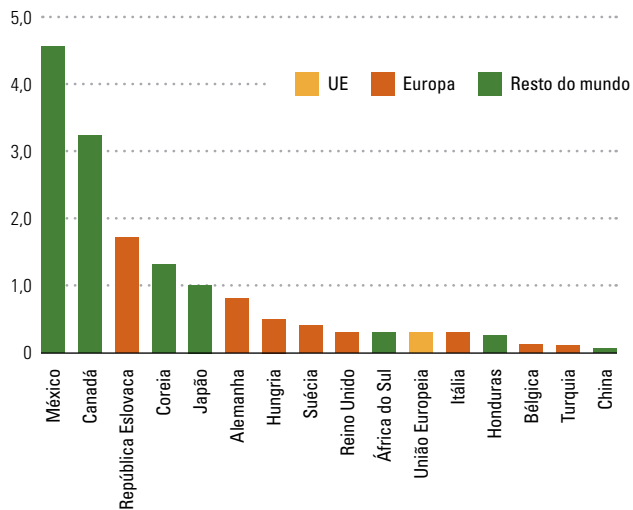
As diferenças nacionais no grau de resiliência econômica – a capacidade de uma economia resistir e se ajustar a choques – ainda são significativas na área do euro. Elas refletem, em parte, a ausência de uma taxa de câmbio nominal nacional como mecanismo de resposta a choques. O corpo técnico do FMI assinalou que mudanças na arquitetura da União, com uma união bancária, uma união de mercados de capitais e uma capacidade fiscal central, poderiam estimular a melhor partilha internacional de riscos. Contudo, mesmo essas mudanças não podem evitar completamente novos choques. As políticas nacionais têm um papel fundamental a cumprir. Um estudo do FMI analisa como as políticas estruturais nacionais podem ajudar os países da área do euro a lidar melhor com choques econômicos.

Com uma combinação de modelos e abordagens empíricas, o estudo mostra que reformas na regulamentação dos mercados de trabalho e de produtos que estimulem o crescimento, adaptadas às circunstâncias específicas de cada país, podem ajudar cada economia da área do euro a enfrentar choques adversos. Regimes de insolvência de alta qualidade estão associados à realocação mais eficiente dos fatores após um choque. O estudo aponta também uma interação entre as políticas estruturais e cíclicas. A maior rigidez torna as economias mais frágeis, aumentando a pressão sobre a política fiscal, sobretudo no caso de membros de uma união monetária. Os países devem criar espaço fiscal nos períodos favoráveis e abordar as fontes de rigidez, para reduzir a necessidade de políticas contracíclicas nos períodos desfavoráveis e, ao mesmo tempo, aumentar a eficácia dessas políticas quando for preciso recorrer a elas.

FIGURA 1.7

## Exportadores brutos de veículos e autopeças para os EUA, 2017

Porcentagem do PIB



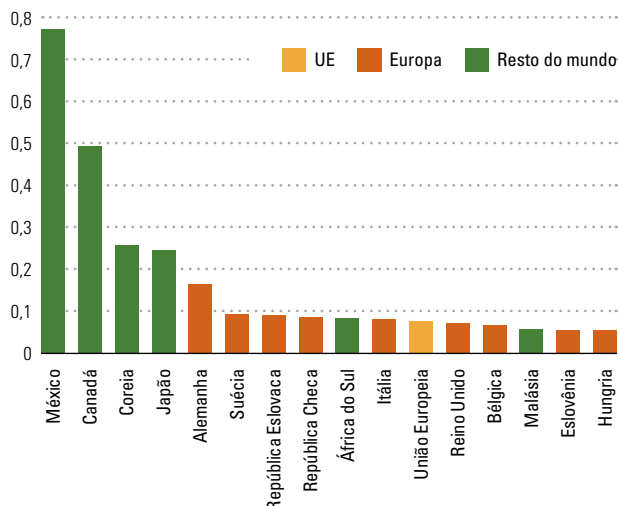
Fontes: Base de dados EORA, UN COMTRADE e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: O cenário presume a aplicação de uma tarifa de 25% sobre veículos e autopeças importados pelos EUA.

FIGURA 1.8

## Distribuição das perdas com a imposição de tarifas sobre veículos e autopeças importados pelos EUA

Porcentagem do PIB



Fontes: Base de dados EORA, UN COMTRADE e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: O cenário presume a aplicação de uma tarifa de 25% sobre veículos e autopeças importados pelos EUA.

## Tensões comerciais, cadeias globais de valor e repercussões

A Europa está profundamente integrada às cadeias globais de valor, dentro e fora da região. Quase 70% do total de exportações europeias estão ligadas a cadeias de valor a jusante e a montante, e a introdução de novas tarifas ou outras barreiras comerciais afetaria as economias europeias através desses complexos vínculos comerciais.

Um estudo do FMI revela a importância de distinguir entre as medidas tradicionais de exportação bruta e as exportações de valor agregado para medir a exposição a choques comerciais externos, uma vez que a diferença entre essas duas medidas é muito expressiva no caso da Europa.

O estudo se concentra no exemplo dos veículos e autopeças europeus exportados para os Estados Unidos. Em termos globais, essas exportações representam 0,3% do PIB da UE (Figura 1.7). Um aumento de 25% nas tarifas, como o que as autoridades norte-americanas ameaçaram impor – e acompanhando as perdas ao longo das cadeias de produção – teria um impacto sobre a União Europeia de cerca de 0,1% do PIB, com as perdas distribuídas entre um número maior de países europeus do que seria de se esperar com base nos dados sobre as exportações brutas. A República Checa é um bom exemplo da diferença na distribuição das perdas quando se utilizam as exportações brutas ou as exportações de valor agregado.

Embora as exportações brutas de veículos e autopeças para os Estados Unidos sejam ínfimas (o país sequer aparece na Figura 1.7), a República Checa seria o quarto país da UE mais afetado pelas tarifas automotivas dos EUA, quando se consideram os vínculos das cadeias produtivas (Figura 1.8). Em poucas palavras, as exportações de veículos da UE para os Estados Unidos contêm um alto grau de valor agregado checo.

# Oriente Médio e Norte da África

## Criar oportunidades para todos

Após uma exortação à ação durante a conferência “Oportunidade para Todos” em janeiro de 2018 em Marraquexe, o FMI lançou um estudo sobre o crescimento inclusivo, “Oportunidade para todos: Promover o crescimento e a inclusão no Oriente Médio e Norte da África” durante o Fórum Económico Árabe em Beirute, Líbano, em julho de 2018. O estudo oferece recomendações detalhadas sobre como as políticas podem tornar o crescimento mais inclusivo. Inclui exemplos e lições de reformas em toda a região e prioriza a implementação célere de reformas nas áreas de governança, concorrência, comércio e tecnologia; gastos sociais e tributação justa, e criação de empregos.

Para as autoridades e os representantes do setor privado presentes ao evento, a agenda de crescimento inclusivo pode servir como possível roteiro para definir um novo contrato social para a região. Esse sentimento foi reiterado nos dois dias que se seguiram, em consultas com organizações da sociedade civil e jornalistas, que também pediram mais ênfase a essas áreas prioritárias nos programas do FMI.

## Reuniões Anuais de 2021

Em abril de 2018, foi anunciado que Marraquexe, Marrocos, irá receber as Reuniões Anuais de outubro de 2021 do Banco Mundial e do FMI. Os preparativos já estão de vento em popa, com a visita de uma equipe conjunta Banco Mundial-FMI ao país para um diálogo com as autoridades sobre essa “Viagem ao Marrocos”.



## Promover a inclusão financeira das pequenas e médias empresas

Criar mais empregos no setor privado é um desafio crucial no Oriente Médio e na Ásia Central, onde milhões de pessoas ingressam na força de trabalho todos os anos e o desemprego já é elevado. Essa meta deve ter como base o desenvolvimento de um setor dinâmico de pequenas e médias empresas, sobretudo com melhorias no acesso ao financiamento.

Em fevereiro de 2019, o FMI apresentou um estudo sobre a inclusão financeira das pequenas e médias empresas no Oriente Médio e na Ásia Central, durante um evento na American University, no Cairo. Segundo o estudo (“Financial Inclusion of Small and Medium-Sized Enterprises in the Middle East and Central Asia”), a ampliação do acesso das PME ao financiamento poderia gerar importantes benefícios macroeconômicos na região – e, possivelmente, criar 15 milhões de novos empregos até 2025.



# As Américas

## Somália: No caminho da estabilidade

Desde que o FMI reconheceu o Governo Federal da Somália em 2013, o envolvimento do Fundo – por meio do assessoramento em políticas e da assistência técnica – ajudou a colocar o país numa trajetória de estabilidade econômica, após décadas de guerra civil. Ainda resta muito a fazer, mas a Somália obteve progressos significativos ao concluir com êxito três programas sucessivos monitorados pelo corpo técnico. A Diretoria Executiva do FMI aprovou um novo programa em julho de 2019, ao considerar que o país cumpriu as condições de um acordo nas parcelas superiores de crédito, o que abre caminho para que a Somália obtenha alívio da dívida no âmbito da Iniciativa HIPC. Espera-se que o país continue a ser um dos principais beneficiários da assistência técnica do FMI no futuro próximo.



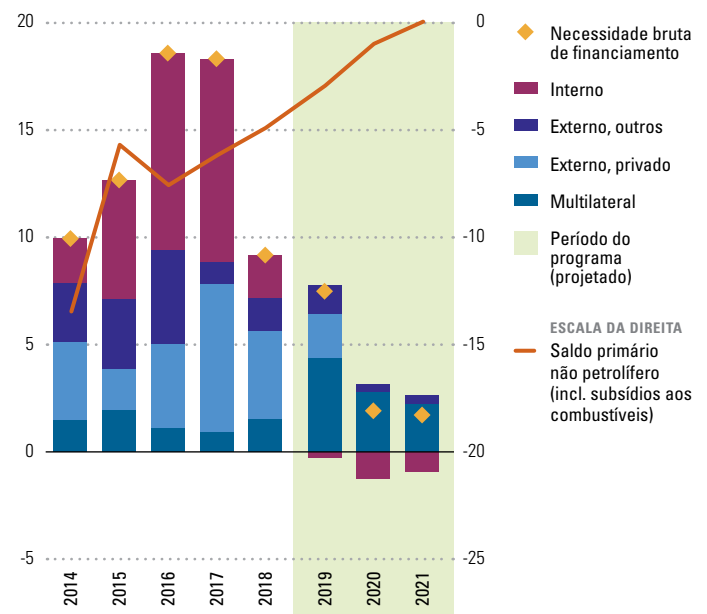
## Equador

Em março de 2019, o Equador e o FMI negociaram um acordo de três anos ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado no montante de US\$ 4,2 bilhões. O plano contém políticas para estimular o crescimento e a concorrência, reforçar os alicerces institucionais da dolarização do Equador, garantir a sustentabilidade da dívida, proteger os pobres e fortalecer o combate à corrupção. Essas medidas buscam criar uma economia mais dinâmica e inclusiva, que beneficie a todos os equatorianos.

FIGURA 1.9

## Restabelecer a sustentabilidade

Déficit fiscal e financiamento externo no Equador (porcentagem do PIB)



Fontes: Banco Central do Equador, Ministério das Finanças e cálculos do corpo técnico do FMI.

## As Américas, continuação



### Brasil: Expansão, contração e o caminho para a retomada

O Brasil está em um momento decisivo, saindo aos poucos de uma recessão histórica que foi precedida por uma franca expansão de sua economia. O livro *Brazil: Boom, Bust, and the Road to Recovery* faz um balanço da economia brasileira e discute as políticas necessárias para estimular a produtividade e revitalizar o crescimento. O livro foi lançado em março de 2019 no Rio de Janeiro e em São Paulo, e no Wilson Center em Washington.



### Reforçar a resiliência a desastres naturais e à mudança climática no Caribe

Em novembro de 2018, foi realizada em Washington uma conferência de alto nível sobre o reforço da resiliência a desastres naturais e à mudança climática no Caribe, organizada em conjunto pelo FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O objetivo da conferência foi ampliar o âmbito de ação da política econômica para fortalecer a resiliência *ex ante* e identificar reformas e ferramentas para apoiar essa transição. Os participantes foram unânimes em exigir medidas urgentes para lidar com os efeitos das mudanças climáticas. Entre os principais desafios assinalados figuram a capacidade limitada, o custo elevado da infraestrutura resiliente ao clima e dos prêmios de seguro para a cobertura do risco de desastres, o escasso financiamento de doadores para reforçar a resiliência *ex ante*, a insuficiência de dados para calcular o custo dos riscos e fatores de economia política para equacionar os elevados custos iniciais e os benefícios a longo prazo. Os participantes apoiaram firmemente um “grande pacto” entre os principais interessados, com iniciativas lideradas pelos países para restaurar a sustentabilidade fiscal e, em simultâneo, incorporar os custos iniciais dos investimentos na resiliência e os seus benefícios a longo prazo nos quadros macrofiscais, para catalisar o apoio da comunidade internacional. A conferência serviu de base para o documento “Building Resilience in Small States Vulnerable to Natural Disasters”, que foi analisado pela Diretoria Executiva em maio de 2019.





As  
**políticas**  
devem criar  
condições para que as  
**pessoas prosperem...**  
a fim de  
**restaurar a confiança,**  
enfrentar a corrupção  
e estimular o  
**crescimento inclusivo**  
a longo prazo.

David Lipton  
*Diretor-Geral interino do FMI*

Acesse o relatório  
completo:



Fundo Monetário Internacional  
700 19th Street, N.W.  
Washington, D.C. 20431 EUA

[www.imf.org](http://www.imf.org)  
[www.imf.org/AR2019](http://www.imf.org/AR2019)